



ACÓRDÃO Nº708/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12154/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, (Defensor Público Geral) e Antonio Cavalcante de Albuquerque Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2297/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE. Exercício de 2019.

*Regularidade. Quitação. Determinação.
Recomendação. Notificação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas do **Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa**, (Defensor Público Geral, à época) e **Sr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior** (Subdefensor Público Geral e Ordenador de Despesas, à época), responsáveis pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas-DPE/AM, exercício 2019, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal e art.40, II da Constituição do Estado do Amazonas, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa** e ao **Sr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.3. Determinar à **DPE/AM** comprove junto ao TCE/AM, as providencias tomadas a fim de reaver o valor pago a título de garantia, junto à empresa



ACÓRDÃO Nº708/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prestadora do serviço, conforme descrito no item 19 do Relatório/Voto;

10.4. Recomendar à Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE que em futuros contratos de locação e, nos contratos em vigência, acautele-se quanto ao prazo de entrega do bem, atendo-se ao estipulado em contrato, com o intuito de evitar futuras indenizações;

10.5. Notificar o Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e o Sr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior, com cópia do Relatório/Voto, e do Acórdão para ciência do decisório;

10.6. Arquivar o processo, nos termos regimentais, após o registro e adoção das medidas acima.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral